

## **Jornal do Tocantins e as eleições para o legislativo federal e estadual: reflexões sobre a desigualdade de gênero a partir da cobertura jornalística impressa<sup>1</sup>**

José Eduardo de Azevedo Gomes RODRIGUES<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

Dr. Francisco Gilson Rebouças PORTO JUNIOR<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

### **Resumo**

A desigualdade de gênero na política é um problema no Brasil e a mídia, ao realizar seu trabalho de comunicação social, pode influenciar a sociedade e setores organizados a debaterem sobre essa desproporcionalidade. Esta análise teve como objetivo realizar um levantamento sobre a participação da mulher na política do Estado do Tocantins, mais precisamente no âmbito legislativo federal e estadual, e como a cobertura da mídia, tendo como objeto o jornal impresso “Jornal do Tocantins”, tratou essa questão nas coberturas pós-eleitorais dos anos de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. A partir dos dados obtidos foi possível perceber que a citação de mulheres ou de cargos ocupados por elas foi totalmente desproporcional ao espaço dado a homens políticos e/ou seus respectivos cargos, na cobertura jornalística impressa.

**Palavras-chave:** Jornalismo impresso; cobertura jornalística; política; desigualdade de gênero; Tocantins.

### **Tocantins: processos eleitorais e participação da mulher no Legislativo Federal e Estadual**

O processo eleitoral, ferramenta constitucional que visa resguardar a representatividade política da população, mostra-se como uma das principais formas do cidadão exercer a democracia. Dentre vários debates realizados em torno desta temática, um dos pontos que tem promovido crescentes discussões, sendo um dos grandes desafios neste processo de democratização, é o da desigualdade de gênero na política, mais precisamente a exígua representatividade feminina nos espaços de poder, como no legislativo federal e estadual - Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XX Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [eduardosemed@gmail.com](mailto:eduardosemed@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [gilsonportouft@gmail.com](mailto:gilsonportouft@gmail.com).

---

Legislativas. O Tocantins, Estado situado na região norte do Brasil foi criado em 5 de outubro de 1988 e é o mais novo ente da federação brasileira. Seu primeiro processo eleitoral ocorreu no dia 15 de novembro do mesmo ano, ocasião em que foram escolhidos os primeiros senadores, deputados federais e estaduais (TOCANTINS, 2018).

Pelo sucinto espaço de tempo a partir da criação do Estado até 2018, foi possível realizar um levantamento junto aos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o quantitativo de mulheres eleitas para representar o Tocantins no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. A partir do levantamento evidenciou-se a desigualdade de gênero na representação política desde a criação do Estado.

No Tocantins, entre 1988 e 2018, foram realizadas nove eleições majoritárias, assim como nove eleições proporcionais a nível estadual. Elas ocorreram nos anos de 1988, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. No total foram pleiteadas 15 vagas para senador, 72 vagas para deputado federal e 216 vagas para deputado estadual. De acordo com dados do TRE-TO (2018), na história do Tocantins, apenas uma mulher, Kátia Abreu, assumiu o cargo de senadora. Ela foi eleita em 2006 e 2014 para este cargo.

Já as mulheres deputadas federais eleitas pelo Estado foram Dolores Nunes (1994), Kátia Abreu (2002), Nilmar Ruiz (2006) e Professora Dorinha Seabra (2010). Em 2014, Professora Dorinha Seabra, Dulce Miranda e Josi Nunes foram eleitas. No pleito de 2018, somente Professora Dorinha Seabra e Dulce Miranda receberam votos suficientes para alcançar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Na Assembleia Legislativa a eleição de mulheres deu-se sequencialmente da seguinte maneira: Dolores Nunes (1994) e Leide Pereira (1998). Em 2002, pela primeira vez, duas mulheres foram eleitas para compor o parlamento estadual: Solange Duailibe e Josi Nunes. No ano de 2006, houve um aumento de mulheres eleitas deputadas estaduais: Solange Duailibe, Josi Nunes e Luana Ribeiro. Em 2010 também houve um aumento da participação feminina no legislativo estadual. Foram eleitas: Solange Duailibe, Josi Nunes, Luana Ribeiro e Amália Santana.

Depois de três eleições consecutivas com crescimento da representação feminina na Assembleia Legislativa, o número caiu em 2014 com a eleição de apenas três mulheres, dentre as 24 vagas possíveis. Foram eleitas: Luana Ribeiro, Amália Santana e

Valderez Castelo Branco. No entanto, em 2018, a quantidade de mulheres políticas na Casa atingiu o seu maior índice da história: Luana Ribeiro, Amália Santana, Valderez Castelo Branco, Vanda Monteiro e Cláudia Lélis foram eleitas, totalizando cinco mulheres no parlamento estadual.

Após a demonstração desse breve levantamento, é possível observar que somente 19 mulheres assumiram cargos políticos como representantes do Tocantins no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa, durante os mais de 30 anos de criação do Tocantins.

De acordo com informações disponibilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO),<sup>4</sup> de 1988 até 2018 nove eleições para o cargo de senador, de deputado federal e de deputado estadual foram realizadas no Estado do Tocantins. Foram pleiteadas 15 vagas para o Senado; 72 vagas para deputado(a) federal; e 216 vagas pleiteadas para o deputado(a) estadual. Para facilitar a visualização desses números foi esboçado o seguinte quadro de representantes eleitos(as) do Tocantins por ano da eleição, quantidade de vagas disputadas no ano eleitoral, cargo eletivo, gênero e suas respectivas porcentagens:

Ano da eleição	Senado Federal					Câmara dos Deputados					Assembleia Legislativa				
	V	H/E	%	M/E	%	V	H/E	%	M/E	%	V	H/E	%	M/E	%
1988	3	3	100%	0	0%	8	8	100%	0	0%	24	24	100%	0	0%
1990	1	1	100%	0	0%	8	8	100%	0	0%	24	23	95.83%	1	4.16%
1994	2	2	100%	0	0%	8	7	87.5%	1	12,5%	24	24	100%	0	0%
1998	1	1	100%	0	0%	8	8	100%	0	0%	24	23	95.83%	1	4.16%
2002	2	2	100%	0	0%	8	7	87,5%	1	12,5%	24	22	91.66%	2	8.33%
2006	1	0	0%	1	100%	8	7	87,5%	1	12,5%	24	21	87.50%	3	12.50%
2010	2	2	100%	0	0%	8	7	87,5%	1	12,5%	24	20	83.33%	4	16.66%
2014	1	0	0%	1	100%	8	5	62,5%	3	37,5%	24	21	87.50%	3	12.50%
2018	2	2	100%	0	0%	8	6	75%	2	25%	24	19	79.16%	5	20.83%

V: Vagas disputadas no ano eleitoral; H/E: Homens Eleitos; M/E: Mulheres Eleitas; %: porcentagem. Elaboração própria a partir de dados do TRE-TO.

Disponível em: <<http://www.tre-to.jus.br/eleicoes>>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

Os números apresentados evidenciam uma desproporcionalidade na participação entre homens e mulheres nos espaços de poder legislativo tocantinense analisados.

<sup>4</sup> <http://www.tre-to.jus.br/eleicoes>.

Também é possível avaliar que há uma desigualdade de representação, quando há uma comparação entre o número de eleitoras e quantidade de mulheres eleitas. De acordo com dados oficiais, nas eleições de 2018 as mulheres eram maioria no quesito aptas a votar, com 524.928 eleitoras (50,5%)<sup>5</sup>. Já os homens somaram no mesmo pleito 514.511, ou 49,5% do eleitorado do Estado.

Com base nesses dados, pode-se verificar que mesmo a maioria do eleitorado sendo do sexo feminino, isso não significa necessariamente proporcionalidade em representação nos espaços de poder analisados. Em 2018 nenhuma senadora foi eleita (0%), somente duas mulheres conseguiram alcançar uma vaga como deputadas federais (25%) e apenas cinco delas assumiram uma vaga no legislativo tocantinense (20.83%).

Mesmo apontando um crescimento no decorrer das eleições, percebe-se que o aumento de mulheres eleitas não é equânime quando se considera a quantidade e representatividade eleitoral de cada gênero. Essa desproporcionalidade representada acima evidencia como o gênero dominante nos cargos legislativos do Tocantins ainda é masculino.

Diante desse cenário de sub-representação das mulheres no Estado, houve o argumento acerca de como foi o tratamento da mídia sobre a desigualdade de gênero na política tocantinense. Para constatar essa questão observou-se em um recorte de tempo – eleições de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018 – e como o Jornal do Tocantins tratou o assunto em suas coberturas, durante o período pós-eleitoral.

Como reforça Gomes (2018, p. 47) o Jornal do Tocantins “tem importância histórica para o estado, pois foi o primeiro jornal de circulação a ser criado no norte goiano, que posteriormente se tornou o Tocantins”. É importante destacar que foram analisadas as versões físicas do meio de comunicação, já que no final de 2018, a versão impressa chegou ao fim. “A partir de 1º de janeiro de 2019 o Jornal do Tocantins passará a ser disponibilizado exclusivamente no ambiente digital [...] e com novos recursos que não seriam possíveis no impresso”<sup>6</sup>.

Foi escolhido o Jornal do Tocantins, por ser um dos veículos de comunicação mais antigos do Estado, por ter sido fundado ainda na década de 70, e por ter sido na

---

<sup>5</sup> G1 Tocantins. Número de eleitores cresce no Tocantins e mulheres são maioria, segundo TSE. Dia 02 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/08/02/numero-de-eleitores-cresce-no-tocantins-e-mulheres-sao-maioria-segundo-tse.ghtml>>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

<sup>6</sup> Araguaína Notícias. Jornal do Tocantins encerra versão impressa após 40 anos e manterá online. 16 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://araguainanoticias.com.br/noticia/jornal-do-tocantins-encerra-versao-impressa-apos-40-anos-e-manter-online/13629>>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

---

época da análise, o maior jornal impresso do Tocantins (PORTO JÚNIOR, RODRIGUES E PEREIRA, 2015, REIS, MORAIS e DE ALMEIDA, 2018).

Em seu estudo sobre “A Imagem da Mulher na Mídia”, Rachel Moreno faz uma análise social comparada entre o Brasil e outros países. Em uma parte de sua pesquisa, a autora esclarece como os meios de comunicação têm papel fundamental neste contexto, ao promover reflexões sobre a importância da igualdade de gênero.

Diante de sua importância, diante do impacto que a mídia tem na formação da mentalidade, do imaginário, dos desejos e da leitura socializada da realidade, todos os países listados enfatizam a importância do envolvimento dos meios de comunicação com a implementação da igualdade de gêneros, com os quais todos estão comprometidos. Sem isso, alcançar essas metas e esses objetivos se torna mais distante e bastante mais difícil. Na verdade, é em nome de sua função de educadora informal, eficaz e poderosa que se exige dela esse comprometimento (MORENO, 2017, p. 86).

Neste sentido, ao verificar a realidade no que diz respeito à participação de mulheres no legislativo tocantinense, nos âmbitos federal e estadual, foi realizado um levantamento de como o Jornal do Tocantins tratou essa desigualdade de gênero em suas manchetes. É importante acentuar que a análise de um veículo de comunicação existente desde a criação do Estado até 2018, é de suma relevância a fim de determinar como a mídia tratou ao esguio dos anos, a desigualdade de gênero nestes espaços de poder. No caso deste estudo, analisar como foi retratada pelo jornal, a parca representação feminina no Senado, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa.

### **Pesquisas sobre desigualdade mídia e desigualdades de gênero na política**

No Brasil, pesquisas que vinculam o Poder Legislativo e a participação feminina na política e a mídia ainda são poucas. Quando se delimita este foco para a questão de gênero na política do Estado do Tocantins, torna-se ainda mais escassa a quantidade de análises.

A partir da observação sobre o número reduzido de produções científicas sobre o assunto, foi proposta a realização de uma pesquisa que venha contribuir, mesmo que parcialmente, com o desenvolvimento de estudos sobre desigualdade de gênero no

---

Tocantins. A realização desta pesquisa também tem como justificativa a oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre gênero, narrativas jornalísticas, participação feminina na política, Poder Legislativo e até mesmo sobre a história do Estado.

Este estudo é relevante para a sociedade, especialmente a tocantinense, pelo fato de apresentar uma análise sobre a cobertura jornalística tocantinense e a desigualdade de gênero na política. Mesmo havendo a necessidade de se debater este tema não só no Tocantins, mas em todo o Brasil, há um crescimento constante nos últimos anos de discussões que envolvem a temática. Esta análise é uma forma de contribuir com reflexões relacionadas ao tema, conforme pode ser observado:

As pesquisas e publicações brasileiras sobre questões que abordem os temas de gênero relacionados à mídia, comunicação e jornalismo também se mostraram incipientes, embora tenham aumentado após os anos 2000. Isso fundamenta a perspectiva de contribuir com a reflexão do papel da mídia na promoção da igualdade de gênero e um debate mais profícuo sobre esses temas nos meios de comunicação, sobretudo jornalística (SANTOS, 2018, p. 14).

Neste contexto, a análise realizada possibilita reflexões sobre a cobertura midiática a respeito da desigualdade de gênero na política, a partir da cobertura jornalística no período pós-eleitoral do Jornal do Tocantins. Torna-se importante refletir o papel de instituições representativas e dos meios de comunicação social na promoção de ações, debates, informações de interesse público entre outras atividades que fortaleçam a formação crítica da sociedade. As conquistas alcançadas até agora precisam ser ampliadas, mas as lutas não podem ser esquecidas.

A conquista do direito de votar e ser votada foi apenas o início de uma luta pela ampliação de espaços para as mulheres. No entanto, em qualquer aspecto avaliado, a conclusão é sempre a mesma: houve ganhos, mas em ritmo muito inferior ao desejado [...] Essa realidade, que mantém a sub-representação feminina no Parlamento, está em completa dissonância com o papel e responsabilidades que as mulheres assumiram na sociedade. De acordo com os números apurados pelo IBGE, as mulheres compõem 51,5% da população brasileira e são também a maioria do eleitorado, perfazendo 51,7% dos votantes. Elas estudam mais, são maioria nas universidades brasileiras e ocupam 41,9% dos postos de trabalho (BRASIL, 2013, p. 17-18).

---

Em obra desenvolvida pelo Senado Federal, intitulada “+Mulher na Política: Mulher, Tome Partido”, são apresentados dados gerais, como o citado acima, sobre o crescimento eleitoral e a falta de mulheres no Congresso Nacional.

No caso do Estado do Tocantins a questão da desigualdade de gênero torna-se ainda mais evidente, quando avaliada a quantidade de mulheres representantes do Estado no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

É importante destacar que os meios de comunicação possuem papel fundamental na promoção do debate sobre a desigualdade de gênero, especialmente no que diz respeito à representatividade nos espaços de poder. Como destaca a pesquisadora Flávia Biroli (2010, p. 46) “o problema central que determina a abordagem proposta é o de que à sub-representação das mulheres nos espaços formais de poder político soma-se a sua sub-representação na mídia, especialmente no noticiário político”.

A cientista política Iris Marion Young (2002) também faz uma explanação pertinente sobre esta questão e ressalta a importância da representatividade para a visibilidade das minorias.

Quando há uma história de exclusão ou marginalização de certos grupos da influência política, os membros desses grupos tendem a se desafeiçoar do processo político: podem ficar apáticos ou se recusar terminantemente a se engajar com outros para tentar resolver problemas compartilhados. Sob tais circunstâncias, a representação específica de grupos desfavorecidos estimula a participação e engajamento (YOUNG, 2002, p. 171).

Neste contexto é imprescindível que haja representatividade para que questões ou problemas de determinados públicos sejam colocados em discussão nos espaços de poder. No que diz respeito ao papel da mídia, ela entra como uma peça chave na promoção de debates e reflexões. Rachel Moreno (2017, p. 73) afirma que “a mídia representa, muitas vezes, a única ou principal fonte de informação – e de formação da opinião – da sociedade”.

Também é importante evidenciar que a mídia tem um papel importante no que diz respeito à formação de opinião e de que ela está intimamente entrelaçada ao campo da política (PANKE e LIMA, 2017; MIRANDA, RODRIGUES e CARVALHO, 2018; DANTAS, RUBIM, 2018). Neste contexto, é necessário fazer reflexões sobre as responsabilidades da mídia e dos meios de comunicação.

---

Das análises do impacto, da influência e da importância dos meios de comunicação na formação da cultura, decorre a conclusão de que lhe cabe exercer a sua responsabilidade na implementação da equidade entre os gêneros e, conseqüentemente, na formação de uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva (MORENO, 2017, p. 80).

Dada a sua importância, tal explanação mostra a necessidade de analisar como os meios de comunicação e o jornalismo têm realizado suas coberturas, e ainda como esse trabalho tem fomentado debates sobre desigualdade de gênero na política. Miguel e Biroli (2009, p. 56) destacam que “a mídia reforça a definição dominante sobre o que é a política e quem participa legitimamente do campo - o que inclui a naturalização do viés de gênero nele presente”.

Por isso verificar como o Jornal do Tocantins tratou essa temática ao longo dos anos, pode ser um meio de avaliar o papel da mídia tocantinense – e sua responsabilidade enquanto fonte de comunicação social – na ampliação de debates e sobre a pouca participação de mulheres no legislativo no âmbito federal e estadual.

## **Dados e discussões**

Foram analisados os títulos das matérias jornalísticas que estampavam as capas do Jornal do Tocantins e o caderno interno da editoria de política, nos três dias subsequentes às eleições de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018.

Esse curto período foi escolhido, pois sabe-se que no dias posteriores a um pleito eleitoral é que são divulgados os nomes e cargos das pessoas que tiveram êxito e/ou algum tipo de destaque em suas candidaturas. Não foi possível encontrar o acervo físico ou virtual do jornal nos anos de 1988, 1990 e 1994 e por isso não há a contabilização de dados dessas referidas épocas.

Todos os títulos encontrados nos anos analisados foram tabulados em uma planilha do programa *Excel*. Depois dessa organização de informações, os dados encontrados foram divididos por ano, dia da eleição, dia da publicação da notícia, editoria, abrangência (estadual ou nacional), local em que o título apareceu no jornal (se na capa ou internamente), texto do título e se citava o nome ou cargo de homem ou de mulher.

Foram 320 notícias encontradas na editoria de política nos anos analisados, sendo que destas 169 tinham o nome ou o cargo político de pessoas do sexo masculino,

enquanto somente 31 tinham nomes ou cargos políticos de mulheres. Vale ressaltar que em 1998 não houve nenhuma citação de nome feminino ou cargo político de alguma mulher nas notícias analisadas. Já em 2014 houve a maior citação de nomes e/ou cargo políticos de mulheres nos títulos das matérias encontradas.

Na tabela abaixo é possível observar a diferença:

Ano da Eleição	Matérias Totais	Editoria	Títulos de matérias que citam nomes ou cargos:	
			Masculinos	Femininos
1998	39	Política	21	0
2002	83	Política	49	2
2006	58	Política	32	4
2010	34	Política	20	6
2014	69	Política	30	18
2018	37	Política	17	1
<b>TOTAL</b>	<b>320</b>	<b>***</b>	<b>169</b>	<b>31</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Ao observar a pequena quantidade de manchetes de notícias que retratam mulheres na política, alguns pontos podem ser levantados para reflexões. Ao falar sobre a função de um título de jornal, Cunha afirma que,

No jornalismo moderno, assim considerado aquele posterior às inovações introduzidas nos anos 50, há um consenso sobre a importância e o papel do título em um jornal diário. Entre as referências encontradas nesta pesquisa, o conceito do que deve ser o título converge, de modo geral, para as mesmas características. Basicamente, destaca-se a necessidade de ele ser claro, objetivo, de resumir a notícia e ser atraente ao leitor, de modo a convencê-lo a ler a matéria, ou, pelo menos, a comprar o jornal. Este último papel se atribui, especificamente, às manchetes: os títulos da capa do jornal (CUNHA, 2010, p. 06).

O título é uma das partes mais importantes de uma notícia. Na faculdade muito é ensinado sobre a necessidade de criação de uma manchete que contenha as principais partes do que será apresentado posteriormente no texto de uma matéria. Neste sentido, avaliar o emprego de nomes masculinos ou femininos e/ou seus respectivos cargos políticos foi necessário para compreender como o Jornal do Tocantins tratou a questão da desigualdade de gênero no legislativo federal e estadual.

A partir dessa reflexão foi possível evidenciar a parca citação de mulheres políticas no Estado em títulos de notícias divulgadas pelo Jornal do Tocantins no período analisado. “Essa presença reduzida é, por sua vez, marcada por estereótipos de gênero e vinculada a posições de menor prestígio, reforçando a posição marginal das mulheres na política (BIROLI, 2010, p. 46)”. Para uma melhor compreensão sobre a pouca representatividade de mulheres no Jornal do Tocantins no período analisado, criou-se um quadro evidenciando a porcentagem de citações:

Ano	% matérias do Jornal do Tocantins que tinham em seus títulos, nomes ou cargos de:	
	Homens	Mulheres
1998	53,85	0,00
2002	59,04	2,41
2006	55,17	6,90
2010	58,82	17,65
2014	43,48	26,09
2018	45,95	2,70

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

No período analisado, a primeira vez que o nome de uma mulher foi citado em um título do Jornal do Tocantins foi no dia 06 de outubro de 2002, com o título: “Kátia tem votação recorde”. A matéria tratava da votação obtida pela então candidata Kátia Abreu, eleita com uma quantidade de votos expressiva para o cargo de deputada federal. Um dia depois saiu outra notícia contendo um nome feminino no título: “Para Nilmar, vitória não seria surpresa”. A então citada era prefeita da Capital, Palmas, e comentava sobre a eleição de apoiadores naquela época.

Sobre a questão que envolve o processo jornalístico é importante levar alguns pontos em consideração durante as reflexões. O primeiro deles é o motivo da pequena quantidade de matérias que citam mulheres tocaninenses ocupando espaços de poder. O outro é o valor notícia e os motivos da sub-representação de gênero dada pelo Jornal do Tocantins no período analisado.

[...] os juízos e valores que organizam a experiência são confirmados, (re)produzidos e transformados pela mídia. Indivíduos e temas ganham relevância e são julgados, em maior ou menor medida, por sua presença na agenda dos meios de comunicação de massa e por sua inserção em narrativas que atribuem sentido à experiência social. (BIROLI, 2010, p. 52).

A partir dos dados preliminarmente levantados foi possível confirmar que o espaço dado pelo Jornal do Tocantins em suas notícias no período pós-eleitoral de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014, com exceção de 2018, foi crescente, assim como a participação de mulheres eleitas para representar o Estado no legislativo federal e estadual, exceto o ano de 2014, para a Assembleia Legislativa, quando houve uma redução de mulheres eleitas deputadas estaduais. Mesmo sendo uma pesquisa inicial sobre o assunto, este estudo precisa e deve ser aprofundando, para que se possam analisar sociologicamente, e até mesmo no campo da ciência política e da comunicação, fatores relacionados ao papel da mídia, suas abordagens e influências no que se refere à desigualdade de gênero no Tocantins.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. **Mulheres e política nas notícias:** Estereótipos de gênero e competência política. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 2010.

\_\_\_\_\_. **Teorias Feministas da Política, Empíria e Normatividade.** Lua Nova, São Paulo, n. 102, p. 173-210. 2017.

BRASIL. + **Mulher na Política: Mulher, Tome Partido.** Senado Federal; Câmara Federal; Procuradoria Especial da Mulher. Brasília: DF, 2013.

CUNHA, Diogo da Silva. **Manchetes, títulos e suas formas de expressão:** uma pesquisa histórica pelos uivos impressos, idiotas da objetividade e outros modos de ver. Rio de Janeiro, 2010.

DANTAS, F. A.; RUBIM, L. O. TCHAU QUERIDA: Questões de gênero na cobertura da mídia sobre o governo Dilma. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 466-491, 1 jan. 2018.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro.** Tribunal Superior Eleitoral – 2. ed., rev. e alt. – Brasília: TSE/SDI, 2005. 367p.

GOMES, Luciano Silva. **A cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins.** 2018. 80f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Biroli, Flávia. **Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa.** In. Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.55-81.

MIRANDA, C. M.; RODRIGUES, P. C.; CARVALHO, R. C. Comunicação, Política e Gênero: análise do enquadramento jornalístico do discurso da primeira vice-governadora do Estado do Tocantins. **Revista Observatório**, v. 4, n. 6, p. 411-441, 8 out. 2018.

PANKE, L.; LIMA, A. Instagram e a Desqualificação do Feminino nas Eleições Presidenciais Brasileiras em 2014. **Revista Observatório**, v. 3, n. 1, p. 84-104, 30 mar. 2017.

PORTO JUNIOR, F. G. R.; RODRIGUES, J. E. DE A. G.; PEREIRA, D. S. O Agendamento das notícias sobre Política: Uma análise dos sites PortalCT, Conexão Tocantins e Jornal do Tocantins na sua versão online. **Revista Observatório**, v. 1, n. 2, p. 239-257, 8 dez. 2015.

REIS, T. A.; MORAIS, W. C.; DE ALMEIDA, D. A. JORNALISMO CULTURAL: a produção regional no Maranhão e Tocantins. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 858-880, 29 abr. 2018.

SANTOS, Ana Paula dos. **Pautando Gênero: Narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação.** 2018. 122f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

TOCANTINS. Tocantins – História. **Portal Tocantins – Governo do Estado.** Disponível em: <<https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/tocantins-historia/>>. Acesso em 27/12/2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins (TRE-TO). **Estado do Tocantins.** Disponível em: <[www.tre-to.jus.br/eleicoes](http://www.tre-to.jus.br/eleicoes)>. Acesso em 29/12/2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins (TRE-TO). **Eleitorado do Tocantins cresce 4,27% em 2018 e aumenta nível de instrução.** 2018. Disponível em: <<http://www.tre-to.jus.br/imprensa/noticias-tre-to/2018/Agosto/eleitorado-do-tocantins-cresce-4-27-em-2018-e-aumenta-nivel-de-instrucao>>. Acesso em 24/01/2018.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, núm. 67, 2006, pp. 139-190 Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/673/67306706.pdf>>. Acesso em 10/01/2019.